



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA EM 11/10/2012

Presidência do Deputado Sargento Rodrigues

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum – Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Inácio Franco - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Duilio de Castro - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Glaycon Franco - Ivair Nogueira - João Leite - João Vítor Xavier - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luzia Ferreira - Rogério Correia - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Sargento Rodrigues) - Às 14h11min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a ordinária de terça-feira, dia 16, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 16/10/2012.).



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 68ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 16/10/2012

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase**(das 16h15min às 18 horas)**

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 21.276, que obriga os bancos de dados, os cadastros de consumidores e os serviços de proteção ao crédito a comunicar ao consumidor a inclusão do seu nome em seus registros. (Faixa Constitucional.) A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 21.279, que altera a Lei nº 12.971, de 27/7/98, que torna obrigatória a instalação de dispositivos de segurança nas agências e nos postos de serviços das instituições bancárias e financeiras, e a Lei nº 17.358, de 18/1/2008, que estabelece normas de segurança para a operação de carga e descarga de valores em estabelecimentos financeiros. (Faixa Constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 21.281, que proíbe a cobrança de taxa para expedição e registro de diploma pelas escolas privadas de educação básica e pelas instituições públicas de ensino superior. (Faixa Constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 16/10/2012**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 16/10/2012**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 16/10/2012**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 16/10/2012**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 10/2011, do Deputado Agostinho Patrus Filho; Projetos de Lei nºs 81/2011, da Deputada Liza Prado; 889/2011, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.190/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.915/2011, dos Deputados Neilando Pimenta e Fred Costa; 2.278/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 2.668/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel; 2.883/2012, do Deputado Gilberto Abramo; 2.927/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel; 3.103 e 3.216/2012, do Deputado Gilberto Abramo; 3.260/2012, do Deputado Rogério Correia; 3.288/2012, da Deputada Liza Prado; 3.393/2012, da Deputada Ana Maria Resende; 3.421/2012, do Deputado Leonardo Moreira; e 3.460/2012, da Deputada Liza Prado.



Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:
Em turno único: Projetos de Lei n°s 2.514/2011, do Deputado Gustavo Valadares; 2.945/2012, do Deputado Adalclever Lopes; 3.198/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.314/2012, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 3.336/2012, do Deputado João Leite; e 3.343/2012, do Deputado Délio Malheiros.
Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 16/10/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:
Em turno único: Projetos de Lei n°s 3.315/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 3.390/2012, do Deputado Antônio Carlos Arantes.
Requerimentos n°s 3.658/2012, do Deputado Luiz Henrique e do Deputado Fabiano Tolentino; e 3.688/2012, da Deputada Liza Prado.
Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 16/10/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:
No 1º turno: Projetos de Lei n°s 728/2011, do Deputado João Leite; 2.878/2012, do Deputado Marques Abreu.
Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:
Requerimentos n°s 3.550/2012, do Deputado Carlin Moura; 3.580/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel; 3.583/2012, do Deputado Elismar Prado; 3.588/2012, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 3.595/2012, do Deputado Carlin Moura; 3.682/2012, do Deputado Délio Malheiros; 3.684 e 3.685/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel.
Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 16/10/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:
No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 24/2012, do Tribunal de Contas; e os Projetos de Lei n°s 3.252/2012, do Governador do Estado; e 3.275/2012, do Deputado Anselmo José Domingos.
Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 16/10/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:
Em turno único: Projetos de Lei n°s 1.813/2011, do Deputado Délio Malheiros; 3.422/2012, do Deputado Fred Costa; 3.423/2012, do Deputado Tadeu Martins Leite; 3.426 e 3.427/2012, do Deputado Antônio Júlio.
Requerimentos n°s 3.637/2012, do Deputado Bosco; 3.653/2012, do Deputado Marques Abreu; 3.654/2012, do Deputado Marques Abreu.
Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA O ENFRENTAMENTO DO CRACK, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 16/10/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 17/10/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 17/10/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 16/10/2012, destinada, na 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Vetos às Proposições de Lei n°s 21.276, que obriga os bancos de dados, os cadastros de consumidores e os serviços de proteção ao crédito a comunicar ao consumidor a inclusão do seu nome em seus registros; 21.279, que altera a Lei n° 12.971, de 27/7/98, que torna obrigatória a instalação de dispositivos de segurança nas agências e nos postos de serviços das instituições bancárias e financeiras, e a Lei n° 17.358, de 18/1/2008, que estabelece normas de segurança para a operação de carga e descarga de valores em estabelecimentos financeiros; e 21.281, que proíbe a cobrança de taxa para expedição e registro de diploma pelas escolas privadas de educação básica e pelas instituições públicas de ensino superior; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 15 de outubro de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco as Deputadas Ana Maria Resende e Liza Prado e os Deputados Fabiano Tolentino e Romel Anízio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/10/2012, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar matéria constante na pauta e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2012.

Antônio Carlos Arantes, Presidente.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****66ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 9/10/2012**

O Deputado Anselmo José Domingos* – Boa tarde a todos os presentes e a todos que nos acompanham neste momento. Queria relatar uma experiência diferente, especial, que tive na eleição deste ano. Nos últimos 30 anos, desde 1982, participamos de todas as eleições municipais, sempre com uma candidatura dentro da nossa casa. O meu pai foi Vereador por cinco mandatos, depois disputei duas eleições municipais também. Então, nunca tive a oportunidade de acompanhar uma eleição sem que eu ou o meu pai dela participasse como candidato. Chegamos a algumas conclusões, fizemos algumas observações bastante interessantes acerca de cada Município onde estivemos ou que acompanhamos pela imprensa.

Sou Presidente do Partido Trabalhista Cristão, que teve participação efetiva na disputa, em vários Municípios, para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador. Obtivemos vitórias, mas também enfrentamos grandes dificuldades. Como Presidente do PTC, observei, por exemplo, nas disputas que enfrentamos, que há uma grande injustiça em relação ao tempo de televisão e de rádio, que é muito diferenciado entre os candidatos. O nosso partido tem um percentual de tempo de mídia muito baixo, enquanto outros partidos têm cinco vezes, dez vezes mais. Isso provoca uma desproporção, cria a necessidade de se fazerem alianças políticas para somar tempo. Somar tempo para se posicionar é inadequado na política. A situação ideal é a que acontece no segundo turno, quando todos têm o mesmo tempo.

Além disso, o fundo partidário é totalmente desproporcional no Brasil. Enquanto alguns partidos recebem vinte e tantos milhões ou trinta e tantos milhões de reais por ano para se estruturar, para melhorar sua administração, para investir nas campanhas, o nosso partido recebe pouco mais de um milhão. Aí, novamente, há uma desproporção que tem origem na legislação. Por esse motivo, também não acredito na reforma partidária. Mas esse é um outro assunto. Na verdade, não vão retirar essa desproporção que existe em desfavor dos nossos partidos.

Em um Município, houve a participação do governo contra o nosso candidato, mesmo sabendo que ele também é da base do governo. Esse é mais um empecilho, mais uma dificuldade que enfrentamos nas eleições dos Municípios mineiros.

Fiz uma observação: em alguns Municípios, a campanha de três meses é muito sacrificante. Em Municípios com 5 mil, 3 mil ou 2 mil eleitores, o Vereador está visitando uma casa e já há outro do lado de fora aguardando para também pedir voto. Fazer isso durante um pouco mais de dois meses, para alguns tipos de eleição, fica excessivo e desgastante. Acredito, portanto, que tem de haver uma mudança, seja pela legislação, seja pela própria formação da campanha.

Vi também problemas de recursos. Há muito obstáculo para captação de recursos. Alguns Municípios enfrentam dificuldades para conseguir doadores. Buscar recursos para termos uma política equilibrada é complicado.

Há também problemas por parte da Justiça Eleitoral: a falta de uniformidade nas medidas. Nós que acompanhamos vários Municípios percebemos que em um Município não se pode colocar cavalete nas ruas; já em outro, pode-se colocar cavalete no jardim, mas não no passeio. Em um Município, o carro de som é proibido; em outro, é permitido até às 18 horas. A lei determina tudo isso, mas o mandatário judicial de cada Município interfere diretamente na eleição local tirando ou incluindo algo. Em alguns Municípios ainda há um instrumento muito interessante: fazem um acordo entre os partidos políticos para que aceitem o que o Juiz e o Promotor querem que aconteça no Município. Eles dizem que não querem carros de som. No caso, Presidentes de partidos e candidatos a Prefeito assinam um documento, sendo que têm direito a fazer tudo o que estiver na lei. A campanha é direito dos candidatos. Mas, às vezes, para não confrontarem o Juiz ou criarem dificuldades com o Ministério Público, acabam cedendo. Mas, repito, eles tinham direito de fazer a campanha naquele formato.

O Deputado João Leite (em aparte)* – Serei breve. V. Exa. nos provoca. Estivemos nas ruas fazendo campanha. Lembro-me de que, quando criança, na Vila Oeste, via meu pai apoiar os candidatos. Naquele tempo a campanha eleitoral e os comícios eram permitidos. Era uma festa da democracia. Hoje há a judicialização das campanhas eleitorais com as portarias. Sempre falam que há uma portaria que não permite. Como V. Exa., vi cada coisa acontecer... Vi um policial tirar de dentro de uma casa a placa de um candidato. Eu disse ao policial que ele não poderia retirá-la, mas ele respondeu que a portaria não permite colocação de placa em frente de casa. Mas a Constituição fala da inviolabilidade do domicílio. Ninguém pode entrar no domicílio da pessoa. E vimos os policiais entrarem para tirar a placa.

Vi também que veículo com o “citru”, com propaganda atrás, não pode parar em frente de zona eleitoral. Perguntei ao policial onde isso estava escrito. Ele me respondeu que estava na portaria. Isso não pode acontecer. Uma portaria não pode ser maior do que a Constituição, maior do que a razoabilidade. A própria Ministra Carmem Lúcia falou muito bem: a eleição é uma festa do eleitor. A ele deve ser dada toda oportunidade de participar.

Portanto, parableno-o por este momento. Meu sentimento é o de que estão acabando com as campanhas eleitorais, com a política. Nada pode. Tudo está judicializado. Falam que tem a portaria, mas a Constituição que determina a nossa liberdade vai para as cucuias. Parabéns, Deputado.

O Deputado Anselmo José Domingos* – Muito obrigado, Deputado João Leite. Na nossa caminhada, exibimos resultados os mais diferentes possíveis. Vimos candidatos que se diziam à frente nas pesquisas perderem, e outros ganharem. Realmente, a experiência foi muito rica.

Em relação ao PTC, elegemos 100 Vereadores, mais que na última eleição, 9 Prefeitos e 7 Vice-Prefeitos. Apesar de todas as dificuldades, entendemos que o resultado foi muito positivo para o nosso partido. Elegemos 2 Vereadores em cidades grandes como Belo Horizonte e 2 em Uberlândia, além de Araguari. Em Itaverava, elegemos o Prefeito e reelegemos 4 Vereadores. Tivemos boa

participação em vários Municípios, como Uberaba, onde fomos vitoriosos com candidatos de outros partidos – aliás, o nosso candidato obteve 15% dos votos. Participamos das eleições em Ribeirão das Neves, com a vitória do PT, em Santa Luzia, Ibitiré, Sabará, Itabira, Pouso Alegre, Lavras, Barbacena, Itabirito, Arcos, Iguatama, Moeda e outras cidades. Não dá para citar todos os Municípios em que o PTC se fez presente.

Vários dos nossos colegas foram candidatos. Cumprimento cada um dos Deputados Estaduais que tiveram a coragem de pôr seu nome, de discutir política nos Municípios, de enfrentar as eleições. Esse é um símbolo de coragem, de querer melhorar a vida das pessoas. Cumprimento, então, todos os nossos colegas, especialmente aqueles três que já são vencedores, o Delvito, o Antônio Júlio e o Délio Malheiros, e também aqueles que ainda estão na disputa, continuam na luta, como o Bruno Siqueira, em Juiz de Fora, onde tem uma “performance” muito boa, o Lerin, em Uberaba, o Paulo Guedes, em Montes Claros, o Durval e o Carlin, em Contagem. O nosso partido já está posicionado em Contagem, já participa da coligação que apoia o Carlin Moura. Continuaremos nessa linha. Em Montes Claros, estamos com o Ruy Muniz, que foi nosso colega aqui na Assembleia Legislativa. Nos outros Municípios, seguiremos a orientação de nosso partido. Teremos a oportunidade de deixar que o povo decida. Apenas acompanharemos o processo.

Elegemos nove Prefeitos do próprio PTC, o Luizinho Carneiro, em Buritizeiro, onde a campanha foi difícil, pois lutamos contra todas as forças que tentaram derrotá-lo, mas ele foi vitorioso; o Nicolau, em Itaverava, que elegeu quatro Vereadores; a Vilma, em Morro do Pilar, uma mulher; o Tininho, em Perdigoão; o Dr. Rômulo, em Presidente Kubitschek; a Neide, em Rio Manso; a Cleide, em Santa Rosa da Serra; o João do Açogue, em Santana do Manhuaçu; o Dito Cunha. Fazemos duas observações importantes. A primeira é que o mandato do Dito Cunha foi tão bom que ele não teve adversário, foi candidato único, ninguém se atreveu a mudar nada na cidade. A segunda é que dos nove Prefeitos eleitos, três são mulheres. Para nós, é importante que o PTC contribua com 33% das mulheres eleitas. Tivemos muitas outras candidatas.

É importante falar ainda sobre a cidade que mais se destaca em Minas Gerais e no cenário da política nacional: Belo Horizonte. A melhor opção que fizemos aqui foi acompanhar a candidatura de Márcio Lacerda e Délio Malheiros. Desde o início, acreditávamos que essa seria realmente uma candidatura vitoriosa. É aquela velha frase: “Juntou-se a fome com a vontade de comer”. Já éramos da base do Prefeito, gostaríamos que fosse reeleito, e ainda tivemos o Governador Anastasia e o Senador Aécio Neves em nosso palanque.

Portanto foi uma satisfação dupla estarmos nessa caminhada vitoriosa com Márcio Lacerda.

Sabem por que ficamos com Márcio Lacerda? Porque, durante estes quatro anos, ajudamos a construir o trabalho que ele realizou em Belo Horizonte, com a nossa bancada na Câmara Municipal e nossa participação no governo. Na verdade, Márcio Lacerda corrigiu rumos e modificou a estrutura da Escola Plural, que trouxe tantos prejuízos para Belo Horizonte, para as nossas crianças e as famílias. Márcio Lacerda sancionou um projeto de lei, de minha autoria, que cria a Política Municipal de Mobilidade Urbana, em que prioriza o transporte coletivo urbano e o transporte individual não motorizado. E isso muito antes de a Presidente Dilma sancionar uma lei sobre o mesmo assunto. As Câmaras nas cidades são importantes para ajudar nessa questão da segurança. Márcio Lacerda tem feito um trabalho ampliado, e esperamos que ele seja ampliado muito mais.

Na área da saúde, tivemos investimentos recordes. Nós, que somos da região do Barreiro, vimos que a saúde foi privilegiada com a construção de um belíssimo hospital lá. Trata-se de um hospital geral que atenderá a nossa região e a todo aquele entorno dos Municípios vizinhos.

Um outro item importante é que governos passados reduziram o investimento em cultura e acabaram com a Secretaria de Cultura; no entanto, Márcio Lacerda retornará com essa Secretaria.

Em relação às candidaturas de Vereador em nosso Município, elegemos dois Vereadores em Belo Horizonte e tivemos um destaque especial. Como morador e pertencente à região do Barreiro, gostaria de dizer que elegemos 9 dos 41 Vereadores de Belo Horizonte em nossa região; proporcionalmente deveríamos eleger apenas 5. Afinal, de acordo com a votação de nossa região, como são 214 mil eleitores para 1.860.000 eleitores do Município, deveríamos eleger mais ou menos 5 Vereadores; no entanto elegemos 9. Sendo assim, transmito meus parabéns especiais aos moradores e eleitores da região do Barreiro, que souberam politicamente valorizar aquela região, elegendo representantes como em nenhuma outra regional e em nenhum outro momento em nossa cidade.

Gostaria de finalizar dizendo aqui que os resultados das eleições são incontestáveis. Eles estão aí, para todos verem. Belo Horizonte é um destaque especial com essa belíssima política que o Prefeito Márcio Lacerda fez e continuará fazendo. Então, um destaque para os nossos Vereadores eleitos em Belo Horizonte, especialmente os do Barreiro pelo quantitativo de representatividade que essa região agora passa a ter: dois Deputados Estaduais e nove Vereadores. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite* – Cumprimento o Sr. Presidente, Deputado Rômulo Viegas, e a Deputada Rosângela Reis, pela belíssima campanha que fez em Ipatinga. Pudemos ver o desempenho da Deputada, que mostrou as ideias da cidade, mas está conosco de volta. Desejamos felicidades para ela. Cumprimento também todos os Srs. Deputados aqui.

Hoje tive a oportunidade de acompanhar o movimento do Sindicato dos Caminhoneiros, no Anel Rodoviário de Belo Horizonte. Tivemos o Anel parado por 15 minutos, e foi impressionante poder estar ali ouvindo os caminhoneiros com aquele sentimento de que, a qualquer momento, poderá acontecer outra tragédia. Nesta madrugada um caminhão perdeu os freios no Anel e chocou-se contra as barreiras físicas.

Se houvesse lá posto da Polícia Rodoviária, se fosse durante o dia, estaríamos colhendo lamentavelmente outra tragédia, porque o posto seria atingido. Os caminhoneiros cunharam uma frase aproveitando um ditado antigo: “Fogo morro acima, água e carreta morro abaixo, ninguém segura. É essa a realidade do Anel Rodoviário de Belo Horizonte. Há irresponsabilidade total, abandono total do governo federal.

Eu tinha a maior expectativa de que a Presidenta Dilma, em sua vinda a Belo Horizonte, passasse pelo Anel Rodoviário, especialmente pela descida do Betânia, que dá acesso à Via do Minério. Queria que ela conhecesse a realidade que o belo-horizontino e os cidadãos brasileiros que utilizam o Anel Rodoviário vivem todos os dias.



Tive oportunidade, Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, de percorrer o Anel Rodoviário e perceber as grandes rachaduras próximas ao trevo do Betânia. Sem dúvida nenhuma, com o início das chuvas, perderemos pelo menos duas faixas do Anel Rodoviário na descida do Betânia. É o “apagão” já anunciado, será “apagado” o Anel Rodoviário de Belo Horizonte no período das chuvas. Estão lá as trincas, as rachaduras no asfalto, justamente no lado do rio que corre na descida para o Betânia. O que segura um pouco são as árvores. O Anel Rodoviário, sem dúvida nenhuma, estará interditado, Deputado Anselmo José Domingos, durante as chuvas deste ano.

O nosso encontro com o DNIT, como sempre, foi desanimador. O órgão disse que não tem previsão nenhuma do governo federal para alguma obra, neste momento, no Anel Rodoviário. Joga o DNIT para que o DER, para que o governo do Estado assuma e faça um projeto, de onde sairão os recursos. Mas esse projeto só estará pronto por volta de 2015. Vejam onde estamos, onde o governo federal deixou Belo Horizonte e os que utilizam a única passagem que liga Belo Horizonte ao Sul, que liga o Mercosul a outras regiões brasileiras, ao Norte e ao Nordeste brasileiros.

Os caminhoneiros reivindicam uma rampa de escape na descida do Anel Rodoviário em direção ao trevo do Betânia. É algo simples, são 100m de via lateral em subida onde pode ser colocada brita com areia ou argila expandida. Isso daria oportunidade para que carretas sem freios utilizassem a rampa de escape para frearem o veículo, evitando as tragédias na descida do Anel Rodoviário, dos Olhos-d'Água ao trevo do Betânia. É lamentável porque o DNIT, no encontro que tivemos, nos disse que, se colocassem brita e areia lá, a população roubaria. Vejam a situação de Minas Gerais, o abandono do Estado e de Belo Horizonte por parte do governo federal.

Tive oportunidade, há uns dois anos, de ir a Portugal, Deputado Anselmo José Domingos, e vi que todas as estradas, nos declives, tinham rampa de escape. Foi o que deu certo na Fórmula 1. Os carros que perdem o controle na Fórmula 1 entram numa caixa de brita e são freados, impedindo um acidente grave. E é isso o que os caminhoneiros estão pedindo.

Na semana passada – V. Exa. deve ter acompanhado –, uma carreta sem freio desceu e se envolveu num acidente com 33 veículos. Não é possível que o governo federal, o governo do PT, vai acompanhar esse massacre que acontece no Anel Rodoviário, contra a população de Belo Horizonte, contra a população brasileira.

Com muito prazer, concedo aparte ao Líder Anselmo José Domingos, morador e conhecedor da região. Tenho certeza de que irá contribuir para essa possibilidade que buscamos de levar ao governo federal, de alguma forma, este nosso apelo.

O Deputado Anselmo José Domingos (em aparte)* – Prezados Deputados, parabéns-o por trazer esse tema hoje ao Plenário. É muito importante essa manifestação dos caminhoneiros, que V. Exa. acompanhou e apoiou.

Sou, às vezes, questionado nas ruas sobre essa questão. Moro realmente próximo ao Anel. Usamo-lo, praticamente, todos os dias, atravessando-o ou circulando por ele. Sempre sou questionado por que não faço nada por ele, por que não consigo resolver a questão da obra do Anel. As pessoas, às vezes, não conseguem diferenciar as funções de cada um, sejam do Vereador, do Deputado, nem quais são as atribuições dos Municípios, do Estado ou do governo federal.

Ao passarmos no Anel, ficamos com vergonha de ter uma via naquela situação. Se sairmos e precisarmos ir a algum lugar com hora marcada, não podemos confiar no Anel Rodoviário. É preciso achar os desvios, pois, se houver um pequeno congestionamento, pode-se ficar ali meia, uma ou duas horas e não se chegar ao destino.

Estávamos conversando sobre esse tema, que é importante. V. Exa. o trouxe aqui e temos de continuar trazendo-o. Isso já tinha de ser um problema resolvido há três, cinco, oito anos. Além de não fazerem as obras, também não dão manutenção. Estão-se acumulando problemas, piorando a situação a cada ano.

Infelizmente, o DNIT foi desmontado, terceirizado. Se precisar fazer um projeto, tem de contratar uma empresa fora; se precisar de profissionais, tem de buscá-los no mercado, porque não há estrutura mais naquela instituição.

Infelizmente, estamos sofrendo as consequências de uma política errada em relação ao Anel e outras questões. Hoje o foco é aquele. Deixar de fazer uma pista de escape, não ter possibilidade de fazê-la é um absurdo. É preciso trazer esse tema aqui por vários dias e fortalecer o movimento dos caminhoneiros, que devem ir para lá e impedir o tráfego para que tenhamos uma resolução mínima. É até uma vergonha estarmos reivindicando uma pista, algumas “pistazinhas” de escape.

Parabéns por sua luta. Continue com ela, pois salvará vidas com toda a certeza.

O Deputado João Leite* - Enquanto V. Exa. falava, eu me lembrava de uma obra de responsabilidade do DNIT, o túnel do Ponteio, que já demora quase um ano. O DNIT não vê condições de fazer 100m de rampa de escape para salvar vidas.

Vendo V. Exa., sua luta e a de outros Deputados da nossa querida região do Barreiro, lembrei-me também da vinda da Presidente àquela região. Eu tinha dois sonhos: ou que ela descesse o Anel Rodoviário em direção ao Betânia e pegasse a Via do Minério ou então que fosse do ramal Calafate ao Barreiro. Toda aquela via foi desapropriada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Foram feitas as estações, mas hoje se encontram todas abandonadas. Era minha expectativa que ela passasse por ali.

Agora, às 15 horas, Deputado Anselmo, está acontecendo uma reunião na Prefeitura de Belo Horizonte. Solicitamos ao Prefeito Marcio Lacerda, ao Secretário Josué Valadão uma solução para essa questão. O nosso apelo é para que a Prefeitura de Belo Horizonte assuma essa obra. Não é responsabilidade dela nem do governo do Estado, mas, sim, do governo federal, mas fizemos essa solicitação. Temos, assim, essa reunião agora entre o DNIT, a Prefeitura de Belo Horizonte, o DER, os caminhoneiros, que não aguentam mais morrer e matar no Anel Rodoviário. Quem mata, na verdade, é essa descida. Também participarão dessa reunião as famílias das vítimas do Anel Rodoviário.

Lamentavelmente, já temos uma associação das famílias de vítimas de acidentes no Anel Rodoviário, como a família Giboski. Portanto, estamos próximos do “apagão” do Anel Rodoviário. O Anel Rodoviário, Deputado, está se apagando, o que me deixa com dois sentimentos: fico preocupado, porque ali passa grande parte da produção brasileira, mas também aliviado, porque, se a descida para o Betânia for fechada e nenhum carro puder passar ali, vidas serão salvas.

Além do “apagão” do Anel Rodoviário, apesar das muitas críticas que se fazem à nossa Cemig, vemos Furnas vivendo problemas com apagões. Estamos em outubro e Furnas investiu apenas 37% dos recursos disponíveis para 2012. Também a Eletrobras investiu



apenas 20% dos recursos de 2012. Mas, apesar dos “apagões” que estão acontecendo no Brasil – como o “apagão” do Anel Rodoviário e o apagão no Nordeste brasileiro e em muitas cidades de Minas Gerais que dependem de Furnas –, o mais grave deles é o “apagão” dos idosos. No dia 1º de outubro é comemorado o Dia do Idoso, da chamada terceira idade, mas até o dia 18 de dezembro a União aplicou apenas 8% na assistência aos idosos; apenas 8%. Não pode acontecer um “apagão” dos idosos, porque eles morreriam. Os outros se defendem, mas o idoso morre.

Precisamos de um verdadeiro choque no governo federal, do PT, para que ele reconheça o que está acontecendo no País, especialmente em Minas Gerais. Nosso Estado foi abandonado e esquecido pelo governo federal, e aí estão as provas disso. Vendo o Líder Bonifácio Mourão, lembro-me de que, quando vou a Ipatinga, constato a calamidade em que está essa estrada, a BR-381, devido ao abandono do governo federal. O governo do PT esqueceu Minas Gerais. O governo do PT abandonou Minas Gerais. O governo do PT é contra Minas Gerais! É inaceitável o abandono, o esquecimento em que está o nosso Estado. Minas Gerais não merecia isso. Hoje o governo é ocupado por alguém que nasceu em Minas Gerais, Estado que tanto votou no Presidente Lula, mas Minas Gerais foi esquecida. Por quê? É porque outro partido está no governo? Se for por isso, é muito mesquinho esse Partido, esse governo, lamentavelmente. Deixo aqui o meu repúdio, a minha tristeza e a minha indignação com o abandono de Minas Gerais: do Anel Rodoviário, da BR-381, do metrô de Belo Horizonte e dos idosos. Fica minha indignação com o “apagão” e o esquecimento de Minas Gerais.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores que assistem à TV Assembleia, passada a eleição em Belo Horizonte e na grande maioria dos Municípios de Minas, ficamos à vontade, respeitada que foi a legislação eleitoral, para ocupar a tribuna desta Casa para fazer, de maneira preliminar, um primeiro balanço.

Eu começaria esse balanço até inspirado pela fala - ainda que, a meu ver, equivocada - do Deputado João Leite, que muito admiro, sobre a eleição em Belo Horizonte. Belo Horizonte vivenciou um processo muito importante. Circunstâncias políticas levaram ao rompimento de um acordo político - na minha opinião, um acordo equivocado feito, em 2008, pelos partidos que lançaram a candidatura de Marcio Lacerda, candidato a Prefeito. Esse acordo foi rompido para esta eleição, e na reta final o PT lançou o ex-Prefeito e ex-Ministro Patrus Ananias à Prefeitura.

Eu posso dizer aqui, hoje, sem nenhuma dúvida, que foi a melhor coisa que aconteceu para o Município. Belo Horizonte caminhava para o processo não de eleição, mas de homologação de renovação de mandato. A eleição em Belo Horizonte, com a disputa que envolveu também outros candidatos e candidatas, serviu para que a cidade pudesse debater seus rumos e também acertar compromissos com o candidato eleito, ainda que o resultado, infelizmente, na minha opinião, não tenha sido o melhor para a cidade. Não tenho também nenhuma dúvida de que a eleição de Patrus Ananias e Aloísio Vasconcelos seria muito melhor para a Capital, porque o projeto vitorioso em Belo Horizonte, da inversão de prioridades, da participação popular, começou exatamente com Patrus, na eleição de 1992. Mas mesmo assim, no processo de debate ocorrido na cidade, alguns compromissos foram estabelecidos. E será exatamente o cumprimento desses compromissos que o PT, de maneira democrática, no seu legítimo papel de oposição, irá cobrar, dia a dia, em relação ao Prefeito reeleito Marcio Lacerda e a seu vice, Deputado Délio Malheiros, a quem aproveito para cumprimentar.

Um dado nos chama a atenção, o qual serve de reflexão para todos nós, mas principalmente para quem ganhou a eleição: se se somar o índice de abstenção e de votos nulos e votos brancos na cidade de Belo Horizonte, esse número chega à casa dos 35%. Temos hoje um Prefeito reeleito com pouco mais de um terço de aprovação eleitoral. Isso redobra a sua responsabilidade. E considero que o mais importante, além desse alerta, é nos lembrarmos, dia a dia, das promessas de campanha.

O Deputado João Leite falou aqui sobre o metrô. Pela quantidade de buraquinhos feitos durante esses meses na cidade, parece que não teremos mais problemas com o metrô. Foram muitos buraquinhos abertos e placas colocadas, então espero que agora esses buraquinhos se transformem em metrô: Savassi-Lagoinha; Calafate-Barreiro; Calafate e região hospitalar. Creio que o problema do metrô, Deputado Rogério Correia, estará resolvido. Foram muitos buracos abertos no último mês.

Outra questão importante está relacionada com o Anel Rodoviário, a qual foi muito discutida na campanha.

A Prefeitura tem que ter peito para municipalizar o Anel. O Anel Rodoviário não é mais rodovia federal, hoje ele é uma espécie de nova Avenida do Contorno. O Prefeito tem que ter liderança, coragem, e não ficar empurrando problemas para o governo A ou o governo B; para o governo estadual que irá fazer o projeto, para o governo federal que irá financiar. Quanto à questão do metrô, parece-me que teremos de ver a velocidade disso, em quanto tempo os buraquinhos abertos serão transformados em metrô. Mas o metrô, o Anel Rodoviário e o Rodoanel têm que ser assumidos com pulso forte pelo Prefeito. A saúde está um caos em Belo Horizonte, mas o Prefeito prometeu 73 novos centros de saúde, então vamos cobrar. Concluir todas as 300 obras do Orçamento Participativo, é muito positiva essa promessa do atual Prefeito, porque muitas dessas obras são resultantes de um processo iniciado pelo PT na Prefeitura. É importante também que as 26 mil novas moradias sejam entregues. Temos também a promessa de horário integral para todas as crianças de até 3 anos. As 100 Unidades Municipais de Educação Infantil – Umeis – prometidas, desta vez, no próximo mandato serão efetivadas. Será universalizado o acesso de crianças de 4 a 5 anos no ensino infantil. E por aí vai.

Nesse sentido, o processo eleitoral foi muito positivo aqui em Belo Horizonte, porque candidaturas e projetos foram confrontados, compromissos foram estabelecidos, programas de governo foram lançados com pompa e majestade. Agora queremos que esses programas, especificamente de quem venceu as eleições, sejam executados.

Mas não posso concordar com as críticas que o Deputado que me antecedeu faz à nossa Presidenta Dilma, Presidenta muito bem avaliada, que continuou, avançou com os programas sociais do governo Lula, que ampliou as universidades federais em Minas Gerais, os institutos tecnológicos. Lembramo-nos do ex-Presidente FHC, do Partido do Deputado que me antecedeu, que pediu ao piloto, Deputada Maria Tereza Lara, para não passar nem no espaço aéreo de Minas Gerais, tamanha a ojeriza que ele tinha e tem de Minas. Senti até falta do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, liderança nacional do PSDB, no palanque do Prefeito Marcio Lacerda. Estivemos com a Presidenta Dilma, que é uma mineira muito bem avaliada, que inclusive está à disposição do governo municipal. Mas tem que haver mais ousadia e criatividade do governo municipal para que essas grandes obras sejam realizadas.



O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado André Quintão, quero parabenizá-lo por abordar esse tema e iniciar na Assembleia um balanço do procedimento eleitoral. Na oportunidade, pretendo também fazer um balanço mais geral das eleições em Minas, mas pretendo fazê-lo num clima de debate político, e não num clima de intolerância, ódio, que o Deputado João Leite costuma usar contra um partido instituído democraticamente, que é o PT, que ajuda inclusive a governar o Brasil. É o clima em que a grande mídia acasta tratou o procedimento em Minas Gerais, é o caso da revista “Veja” e outras, que tratam o PT com intolerância, com ódio. Um ódio de classe, ódio que as elites têm dos pobres e do povo. Mas não quero tratar nesse clima um balanço eleitoral, que fique com o Deputado João Leite e a revista “Veja” esse tipo de tratamento odioso e de rancor a um partido que, no meu entender, é uma peça importante da democracia. O fato é que os números disseram o contrário desse ódio que as elites têm do povo, disseram que o povo passa a entender.

Para se ter uma ideia, Deputado André Quintão, queria hoje festejar alguns números. O PT foi o partido mais votado no Estado de Minas Gerais, obtendo, com seus Prefeitos, 2.406.589 votos, mais do que o PSDB do Governador Anastasia e do cambaleante Senador Aécio Neves, que obteve 1.755.926 votos.

O PMDB foi o terceiro e faz aqui também um papel independente, mas não se alinha automaticamente e tem uma postura de oposição na Assembleia Legislativa. Na realidade, obteve 1.337.214 votos. O PSD veio em quarto e, incluindo a Capital, obteve 1.209.974.

Portanto o PT passou a ser o partido, pela primeira vez, mais votado em Minas Gerais. Só posso comemorar um dado como esse. Deputado André Quintão, o PT cresceu quase 1 milhão de votos da última eleição para esta.

Além disso, Deputado, quero citar outro dado. Das maiores cidades em que o cambaleante Senador disse que nos derrotaria, o PT ganhou em quatro. Disputamos o segundo turno em três. O PSDB ganhou em uma, que foi Betim; e outra, o PSD ainda disputa com o PMDB. Logo, das 10 maiores cidades, o cambaleante Senador e o Governador Anastasia ganharam apenas em Betim. O PT já ganhou em quatro. Então essa questão de vitória do PSDB nas urnas é falácia. É claro que repetirão isso na mídia acasta, controlada por sua irmã Andrea, a Goebbels das Alterosas, que falará para os quatro cantos que ganhou as eleições. No entanto os dados e os números são concretos. Repito o número de votos que o PT obteve. Crescemos em número de Prefeituras do PT e de Vereadores. Além disso, obtivemos mais votos tanto para Prefeito quanto para Vereadores. Então ampliamos o número de Vereadores, e o PT cresceu em Minas.

Finalizando, Deputado André Quintão, a partir desse procedimento eleitoral de Belo Horizonte, o PT, mesmo sendo derrotado eleitoralmente, ganhou politicamente autenticidade. Ao mostrar o seu programa e ao fazer a disputa com dignidade, mesmo com a derrota eleitoral, o PT cresce em Belo Horizonte e se firma. Digo a V. Exa. que estamos prontos para enfrentar, em 2014, um debate de alto nível com a população sobre um novo patamar que Minas Gerais deve alcançar. Como chegou ao fim no Brasil, o governo conservador do PSDB deve também chegar ao fim em Minas Gerais. Acredito que essas eleições foram um passo importante.

Deputado André Quintão, agradeço-lhe e parabenezo-o pela atuação e pelo trabalho que V. Exa. realizou durante esse processo eleitoral.

O Deputado André Quintão* – Muito obrigado, Deputado Rogério Correia. É um prazer conceder aparte ao Deputado João Vítor Xavier, que nos ajudará – nós que somos Deputados votados em Belo Horizonte - a cobrar da Prefeitura que transforme os buraquinhos abertos no período eleitoral em metrô subterrâneo e ainda uma maior mobilidade urbana para o povo de Belo Horizonte.

O Deputado João Vítor Xavier (em aparte)* – Deputado André Quintão, boa tarde! Agradeço-lhe a honra do aparte em sua fala. Primeiramente quero falar do respeito enorme que tenho por V. Exa., que é um petista de verdade e não de oportunismo, circunstância nem de ocasião, mas sim com lastro, história, lado, oposição nesse partido, que, aliás – reconheço -, sai engrandecido com este momento político, pois teve um lado, uma oposição. A ideia de petistas históricos foi respeitada. Haja vista que a militância do partido de V. Exa. mostrou isso na Câmara Municipal. Duas pessoas que não se alinharam ao “status quo” que vinha sendo colocado no PT foram os dois mais votados: os Vereadores Pedro Patrus e Arnaldo Godoy, que, aliás, foi o mais votado da bancada. V. Exa. tem todo o meu respeito ao seu posicionamento, assim como a Bancada do PT. Política se faz assim: com divergência de ideias, disputa interna e, acima de tudo, clareza de posicionamento junto à sociedade. Pessoas com a clareza de V. Exa. têm o meu respeito. Respeito bastante o PT e, em especial, a facção de V. Exa. dentro desse partido, que, na minha avaliação, é das mais coerentes do PT em Belo Horizonte. Não devemos dar palpite na disputa interna. No entanto, quem vê de fora acompanha - e acompanha com muito respeito - o posicionamento de V. Exa. e de alguns outros companheiros do PT, partido que teve posição e lado. Belo Horizonte terá o que é democrático e necessário à democracia: situação para governar e oposição para cobrar.

Deputado Rogério Correia, agradeço-lhe a aula de Regimento. Solicito ao Deputado André Quintão um minuto. Gostaria de destacar que a democracia é isso. É necessário ter governo para governar e oposição para cobrar. Isso será necessário, fundamental e salutar para Belo Horizonte. Quem acabou com a oposição, em Belo Horizonte, foi o governo passado do PT, que quis colocar todo mundo no mesmo balaio e transformar tudo em uma coisa só, porque, naquele momento, isso era do interesse do PT. Sei que não era do interesse do grupo do qual o senhor faz parte, no PT. Mas, política se constrói assim: com situação, para governar, e oposição, para cobrar.

Por fim, quero dizer que tenho certeza de que é do máximo interesse do Prefeito Marcio Lacerda que o metrô avance em Belo Horizonte. Só não avançará se não vierem os recursos do governo federal, só não avançará se houver uma retaliação desnecessária da Presidente Dilma, a qual vi votando, domingo, em Porto Alegre. Tenho certeza de que ela não trabalhará contra o povo de Minas Gerais.

Sobre a municipalização do Anel Rodoviário, quero dizer que já existe um projeto aprovado, na Câmara, pelo então Vereador Anselmo José Domingos, hoje Deputado desta Casa. Essa municipalização só não aconteceu ainda por falta de concordância do governo federal. Peço ao PT que nos ajude municipalizar e trazer os recursos para o Anel Rodoviário e para o metrô. Muito obrigado a V. Exa.; todo o meu respeito a V. Exa. pelo trabalho belíssimo que realizaram nas eleições.



O Deputado André Quintão* - Quero dizer-lhe, Deputado João Vítor, que V. Exa. expôs uma questão muito importante. Para Belo Horizonte, essa eleição foi importante porque diferenciou projetos, estabeleceu a dinâmica da situação e da oposição. Reconhecemos a vitória do Prefeito Marcio Lacerda e do Vice-Prefeito Délio Malheiros, e nós, Deputados votados em Belo Horizonte, vamos democraticamente, até desta tribuna, estabelecer compromissos. Ajudaremos naquilo que pudermos junto ao governo federal e o que formos cobrar faremos no papel de Oposição. É assim que se constrói a democracia neste país. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia* - Obrigado, Sr. Presidente. Também estou inscrito para falar um pouco mais do balanço das eleições. No aparte concedido pelo Deputado André Quintão, expus o quadro do procedimento eleitoral, em Minas Gerais.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos eleitores de Minas a aula democrática que deram nesse período eleitoral. Foram eleições muito disputadas, na maioria dos Municípios, mas sempre em clima de respeito, democracia e tolerância política. É isso que engrandece o procedimento eleitoral em Minas Gerais e no Brasil.

Hoje, quero comemorar, aqui, alguns dados. O PT poderia estar triste, reclamando pela derrota na Capital, onde não teremos o segundo turno. Mas, ao contrário - o Deputado André Quintão espelhou bem isso -, estamos satisfeitos com o resultado eleitoral. Julgo que o PT foi vitorioso nesse procedimento eleitoral, porque alcançou grande parte dos objetivos. O primeiro diz respeito ao objetivo na Capital. Concordo com o Deputado André Quintão, foi muito salutar que houvesse a disputa eleitoral em Belo Horizonte. Ela era necessária. Se houvesse um acordo de todos os partidos, como estavam propondo anteriormente, não teríamos tido o debate político na cidade; teríamos tido um arranjo de cúpula que impediria ao povo saber as diferenças. Disse isso todo o tempo.

O Deputado João Vítor expressou aqui sua admiração por aqueles que têm posição, e me situo no elogio que fez. Desde o início fui favorável a que explicitássemos uma candidatura em Belo Horizonte que expressasse a opinião de determinado agrupamento, de um bloco político. A eleição, a disputa eleitoral em que Patrus, pelo PT, e o Aluísio, pelo PMDB, se colocaram em Belo Horizonte foi muito salutar e por pouco, por apenas 2%, não levamos a eleição ao segundo turno, se considerarmos o voto de todos.

Deputado André Quintão, chamo atenção para um dado que não sei se V. Exa. percebeu, mas que é interessante: a abstenção, os votos nulos e brancos em Belo Horizonte, Deputado Glaycon, aumentaram de novo, consideravelmente. Já havia sido de 33% nas eleições passadas e agora se repetiu. É uma abstenção altíssima. Em geral, a margem era de 20% a 25%, quando muito, ficava numa média de 22%. Novamente, tivemos 33% de votos brancos, nulos e abstenção. É algo que sugere que Belo Horizonte precisa fazer uma análise desse procedimento. Se somarmos a esses números os votos dados a Patrus, Maria da Consolação, Vanessa e aos outros dois candidatos, chegaremos aproximadamente a 64% do eleitorado. Portanto, o Prefeito Márcio Lacerda foi votado por 36% dos eleitores em Belo Horizonte, o que implicará uma dificuldade de governabilidade maior. Não sei se ele considera assim, mas foi eleito apenas com 36% dos votantes de Belo Horizonte. É um número baixo numa eleição disputada como esta, mas que mostra, em meu entender, uma insatisfação com o procedimento. Isso é um relato que também queria fazer.

Em relação ao Estado, os dados foram bem diferentes do que tinha prometido o PSDB, o Governador Anastasia e, mais precisamente, o Senador Aécio Neves, que, durante o processo, disse que iria massacrar, derrotar o PT. Chegou, aliás, a ofender a Presidenta Dilma dizendo que ela não era de Minas. Disse isso em nome dos mineiros. Não sei quem deu a ele autorização para desqualificar a Presidenta Dilma em nome dos mineiros.

Sr. Presidente, Deputado Glaycon, a Presidenta saiu de Belo Horizonte para combater o regime militar. Ela não saiu de Belo Horizonte para ir à praia. Não, ela não saiu de Belo Horizonte para ir à praia. E, quando voltou, não voltou reclamando, como fez o Senador Aécio Neves, que estava saindo da praia e tinha de voltar para Minas. Ela não fez isso, mas saiu daqui para lutar contra o regime militar, pois estava foragida por lutar por liberdade política. Mas o cambaleante Senador cismou que podia ofender a Presidenta da República em nome dos mineiros. Talvez isso nos tenha ajudado muito a quase levar a eleição ao segundo turno em Belo Horizonte e a ganhar as eleições em vários Municípios. Os dados que apresento são incontestáveis, pois são números do TRE.

Deputado Sargento Rodrigues, o PT foi o partido mais votado de Minas Gerais. Sabia disso, Deputado João Leite? Foram 2.406.000 votos. O PSDB, com toda a intolerância do Senador Aécio Neves e todo o desprezo com a Presidenta, recebeu 1.755.000 votos. Ou seja, menos que o PT, tendo a máquina do Estado. Nas 10 maiores cidades, apenas em Betim o PSDB venceu, mas em todos os outros Municípios o PT ganhou. Em quatro deles, Uberlândia, Ribeirão das Neves, Valadares e Ipatinga, o PT venceu. Em três, Montes Claros, Juiz de Fora e Contagem, disputaremos o segundo turno. Então, Sr. Presidente, o PT foi amplamente majoritário nesses Municípios, com uma votação muito boa. O partido comemora o resultado eleitoral. E isso, repito, com toda a truculência usada por setores da mídia e pelo controle da máquina governamental pelo PSDB.

Então, hoje só tenho a fazer um balanço positivo. Faço, repito, um balanço muito positivo da situação de Belo Horizonte. O partido apresentou candidatos e participou da disputa. Ainda bem que fez isso, ainda bem. Imaginem se o povo de Belo Horizonte tivesse sido proibido de ter uma disputa eleitoral e verificar a diferença programática. Está certo, Deputado André Quintão, que agora faremos cobranças, veremos se os buraquinhos da Praça Sete virarão metrô.

Eu duvido. Acho que aqueles buracos vão ser tapados daqui a pouco e vão virar anedota política: o Prefeito que abriu o buraco na véspera da eleição, fingindo que iria construir o metrô. Aliás, esse caso foi peça do Ministério Público, que pediu a cassação de registro de candidatura e, caso eleito, cassação do mandato. Isso ainda vai dar muito pano para manga, os buraquinhos na Praça Sete não são brincadeira e foram feitos com dinheiro do erário. Eu mesmo representei contra o gasto do erário, feito pelo governador do Estado em conluio com o Prefeito da cidade para enganar o eleitor. Isso ainda vai dar muito pano para manga. O Ministério Público já analisou, e, apesar de a nossa Justiça ser muito tendenciosa em relação ao cambaleante Senador, levaremos esse caso para que seja discutido em todos os patamares.

Sr. Presidente, queria fazer esse balanço positivo do procedimento eleitoral, independentemente de partido político. Acho que foi uma vitória também do sistema democrático no Brasil e em Minas Gerais. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 15/10/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Delvito Alves

exonerando Jordanna Marissa Coimbra Rodrigues Peixoto do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas; nomeando João Rodrigues Lopes para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas.

Gabinete do Deputado Gustavo Valadares

exonerando Humberto Eustáquio Diniz Ribeiro do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas; exonerando José Antonio Dias Ribeiro do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas; exonerando Maria da Conceição Paes de Souza Neto do cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas; nomeando Humberto Eustáquio Diniz Ribeiro para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas; nomeando José Antonio Dias Ribeiro para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas; nomeando Maria da Conceição Paes de Souza Neto para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas. Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Sandra Lucia Gonçalves da Mota do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando José Gonzaga Pereira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

TERMO DE CONVÊNIO - CNV/13/2012

1ª Conveniente: Sociedade Mineira de Cultura, com a interveniência da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. 2ª Conveniente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, com interveniência do Procon-Assembleia. Objeto: formalização de intercâmbio e cooperação técnico-didático-científico relativos aos conteúdos das consultas públicas da Anatel e da Aneel analisadas no contexto do projeto de extensão "Formação de um núcleo de acompanhamento de consultas públicas das agências reguladoras: Anatel e Aneel". Vigência: da assinatura até 15/12/2012.

TERMO DE ADITAMENTO - ADT/118/2012

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Tecnoset Informática Produtos e Serviços Ltda. Objeto: prestação de serviços especializados em impressão departamental centralizada. Objeto do aditamento: 3ª prorrogação, com reajuste de preço. Vigência: 12 meses, a partir de 28/1/2013 até 27/1/2014. Dotação orçamentária: 101011-01-122.701-2009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO - ADT/121/2012

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Maurício Cristiano de Freitas - ME. Objeto: fornecimento e instalação de cortina. Objeto do aditamento: ampliação do objeto, em 25%. Vigência: a partir da assinatura. Dotação orçamentária: 101011 -01-122.701-2009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO - ADT/123/2012

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Central de Elevadores Ltda. Objeto: prestação de serviço de manutenções preventiva e corretiva em elevadores e plataformas elevatórias de acessibilidade, com fornecimento de peças e componentes. Objeto do aditamento: retificação do § 7.2 e exclusão do item 7.3.1 do contrato. Vigência: a partir da data da assinatura.